



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING IMPRESSO**

**25/01/2018**

# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. ORÇAMENTO.....	1
2. JORNAL EXTRA	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	2
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. AÇÕES TJMA.....	3
3.2. PRESIDÊNCIA.....	4
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. AÇÕES TJMA.....	5
4.2. PRESIDÊNCIA.....	6 - 7
4.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	8
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	9 - 10

## Novos valores de custas e taxas remuneratórias para 2018 já estão em vigor

*As tabelas sofreram atualização monetária de R\$ 1,944% (INPC), conforme Resolução 85/2017*

Já estão em vigor os novos valores referentes a custas e emolumentos para o ano de 2018. A atualização monetária das tabelas foi determinada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) na Resolução nº Resolução nº 85/2017.

O documento atualiza em 1,944% os valores previstos nas tabelas anexas à Lei Estadual nº 9.109/ 2009. O limite geral máximo das custas e emolumentos, previsto no artigo 37, da Lei Estadual nº 9.109/2009 fica estabelecido em R\$ 10.441,20.

Fica ainda acrescido, aos emolumentos, o percentual de 3%, previsto na Lei Complementar Estadual nº 130/2009, inclusive sobre o limite geral, previsto no artigo 2º da Resolução nº 77/2016.

Custas representam a soma das despesas que resultam da tramitação de um processo. São taxas devidas pela prestação do serviço público de julgamento de uma ação ou recurso. Emolumentos são taxas remuneratórias de serviços públicos, em cartórios de notas e de registro.

A atualização monetária de custas e emolumentos deve ser realizada até o limite da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A variação - no período de dezembro/2015 a novembro/2016 - foi de 1,944%. Esta atualização não constitui majoração de tributo, havendo a possibilidade de o reajuste ser realizado por meio de ato administrativo. **(TJ Maranhão)**



Reprodução

***Emolumentos são taxas remuneratórias de serviços públicos, tanto notarial, quanto de registro, configurando uma obrigação pecuniária a ser paga pelo próprio requerente.***

## Presidente do TJMA quer uma gestão democrática no Judiciário

Ao reunir-se na terça (23) com desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, o presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, destacou as prioridades de sua gestão, que se desenvolverá com a união de todos os magistrados, caminhando juntos, tendo sempre como foco “o melhor para o Poder Judiciário do Maranhão”.

“Seja nas decisões jurídicas, administrativas, nas articulações necessárias para ampliação e qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados, faremos o que estiver ao nosso alcance para que o Poder Judiciário cumpra o seu papel e todos os membros desta Corte tenham a sensação de dever cumprido”, assinalou o presidente do TJMA.

Em sua primeira reunião com os membros do colegiado, após a sua posse, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos afirmou que irá fazer uma gestão democrática, compartilhada, transparente e, para isso, quer contar com a contribuição de todos os magistrados do Estado.

“Um presidente de Tri-

bunal não pode se isolar, por isso, a gestão será compartilhada, aberta aos outros colegas desembargadores e com muita harmonia no colegiado”, comentou.

O desembargador José Joaquim também falou sobre o momento delicado que o País atravessa e dos desafios que terá a frente do Judiciário do Maranhão. “Há inúmeras questões a serem encaminhadas e gerenciadas, como limitações de orçamento e gestão de pessoal”, disse.

Durante a reunião, o presidente do TJ destacou as qualidades, capacidade, dedicação e proficiência dos magistrados maranhenses, que, no seu entendimento, resultam em fortalecimento de uma Justiça orientadora da sociedade e protetora dos direitos dos cidadãos.

**SOCIEDADE** - O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos enfatizou que sua gestão será voltada para melhorar o atendimento à sociedade. “Para isso, investiremos em tecnologias e outras mudanças para aperfeiçoar o atendimento à população. Essa é uma prioridade da Presidência”, pontuou.

# BateRebate

---

## NOVA CÂMARA CÍVEL

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou, nesta quarta-feira (24), em sessão plenária, na abertura do Ano Judiciário de 2108, a 6ª Câmara Cível, que será integrada pelos desembargadores Anildes Cruz, Luiz Gonzaga Almeida e José Jorge Figueiredo dos Anjos.

“A ampliação do número de câmaras cíveis garante prestação jurisdicional célere, eficiente e adequada ao atendimento das demandas encaminhadas pela sociedade à Justiça de 2º Grau”, afirmou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, no ato de instalação do novo órgão colegiado.

A nova unidade da Justiça de 2º Grau foi criada em novembro de 2017, pela Lei Complementar nº 199, que alterou o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (LC nº 14/1991), ampliando de 27 para 30 o número de desembargadores do TJMA.

Com a alteração, o Tribunal de Justiça passa a ter nove câmaras isoladas, divididas em três criminais e seis cíveis, além de duas câmaras cíveis reunidas e uma criminal reunida.

# BateRebate

## GESTÃO DEMOCRÁTICA NO JUDICIÁRIO



Ao reunir-se nesta-terça (23) com desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, o presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, destacou as prioridades de sua gestão, que se desenvolverá com a união de todos os magistrados, caminhando juntos, tendo sempre como foco “o melhor para o Poder Judiciário do Maranhão”.

“Seja nas decisões jurídicas, administrativas, nas articulações necessárias para ampliação e qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados, faremos o que estiver ao nosso alcance para que o Poder Judiciário cumpra o seu papel e todos os membros desta Corte tenham a sensação de dever cumprido”, assinalou o presidente do TJMA.

Em sua primeira reunião com os membros do colegiado, após a sua posse, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos afirmou que irá fazer uma gestão democrática, compartilhada, transparente e, para isso, quer contar com a contribuição de todos os magistrados do Estado.

“Um presidente de Tribunal não pode se isolar, por isso, a gestão será compartilhada, aberta aos outros colegas desembargadores e com muita harmonia no colegiado”, comentou.

O desembargador José Joaquim também falou sobre o momento delicado que o País atravessa e dos desafios que terá a frente do Judiciário do Maranhão. “Há inúmeras questões a serem encaminhadas e gerenciadas, como limitações de orçamento e gestão de pessoal”, disse.

Durante a reunião, o presidente do TJ destacou as qualidades, capacidade, dedicação e proficiência dos magistrados maranhenses, que, no seu entendimento, resultam em fortalecimento de uma Justiça orientadora da sociedade e protetora dos direitos dos cidadãos.

REPRODUÇÃO



## Nova Câmara Cível no TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou, ontem (24), em sessão plenária, na abertura do Ano Judiciário de 2108, a 6ª Câmara Cível, que será integrada pelos desembargadores Anildes Cruz, Luiz Gonzaga Almeida e José Jorge Figueiredo dos Anjos. A nova unidade da Justiça de 2º Grau foi criada em novembro de 2017, pela Lei Complementar nº 199, que alterou o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (LC nº 14/1991), ampliando de 27 para 30 o número de desembargadores do TJMA.

RENATO CARVALHO



## Parceria firmada entre TRT e Serasa Experian

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA) firmou termo de cooperação técnica com a Serasa Experian para utilização do Serasajud, sistema que permite a troca eletrônica de dados cadastrais de pessoas jurídicas e físicas, utilizando a certificação digital para mais segurança. Firmado no fim do ano passado, o convênio passou a vigorar este ano. De acordo com o juiz Paulo Mont'Alverne Frota, titular da 7ª Vara do Trabalho de São Luís e integrante da Comissão Regional Permanente de Efetividade da Execução Trabalhista do TRT, o convênio firmado possibilita aos magistrados do trabalho do Maranhão determinar a inscrição do nome do devedor no Serasa. “À vista da Lei da Reforma Trabalhista, isto ocorrerá depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver pagamento ou garantia do juízo”, explicou.



A ampliação do número de câmaras cíveis garante prestação jurisdicional célere, eficiente e adequada ao atendimento das demandas encaminhadas pela sociedade à Justiça de 2º Grau

**José Joaquim Figueiredo dos Anjos,  
desembargador e presidente do Tribunal  
de Justiça, no ato de instalação do  
Serasa Experian**



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico S.R.P. nº 05/2018**  
**Processo nº 41.667/2017**

**Objeto:** Registro de Preços para aquisição de equipamentos médicos; **Abertura:** 07/02/2018 às 10:30h (horário de Brasília); **Local:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** [licitacao@tjma.jus.br](mailto:licitacao@tjma.jus.br); **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 23 de janeiro de 2018.  
**Thiago Chung de Farias** - Pregoeiro do TJMA.

## Informe JP

### Miudinhas

- O presidente da Assembleia, Othelino Neto, participou ontem (24), no Tribunal de Justiça, da solenidade de abertura do Ano Judiciário de 2018. A sessão especial foi conduzida pelo presidente do TJMA, José Joaquim Figueiredo dos Anjos.
- “Nosso desejo é que, em 2018, seja como nos anos anteriores. Que mantenhamos essa relação próxima e saudável. Cada um respeitando as prerrogativas dos outros poderes”, disse Othelino.

## **TJMA funcionará com nova Câmara Cível**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou, nessa quarta-feira (24), em sessão plenária, na abertura do Ano Judiciário de 2108, a 6ª Câmara Cível, que será integrada pelos desembargadores Anildes Cruz, Luiz Gonzaga Almeida e José Jorge Figueiredo dos Anjos. “A ampliação do número de câmaras cíveis garante prestação jurisdicional célere, eficiente e adequada ao atendimento das demandas encaminhadas pela sociedade à Justiça de 2º Grau”, afirmou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo, no ato de instalação do novo órgão colegiado. A nova unidade da Justiça de 2º Grau foi criada em novembro de 2017, pela Lei Complementar nº 199, que alterou o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (LC nº 14/1991), ampliando de 27 para 30 o número de desembargadores do TJMA. Com a alteração, o Tribunal de Justiça passa a ter nove câmaras isoladas, divididas em três criminais e seis cíveis, além de duas câmaras cíveis reunidas e uma criminal reunida.